

Acesso aberto**Editor**

Nivaldo Calixto Ribeiro
Universidade Federal de Lavras,
Lavras, Minas Gerais, Brasil.

Pareceristas

Parecerista A com identidade preservada.
Não concordou em abrir o parecer.

Parecerista B com identidade preservada.
Concordou em abrir o parecer sem a sua
identificação.

Rodrigo de Sá Netto
Arquivo Nacional, Brasília, Distrito Federal,
Brasil.

***Correspondência**

Elisa Cristina Delfini Corrêa
elisacorrea61@gmail.com

Histórico

Recebido em: 3 de outubro de 2026.

Aceito em: 20 de outubro de 2026.

Publicado em: 22 de outubro de 2026.

Como referenciar

CORREA, Elisa Cristina Delfini. A fé como projeto de poder: o uso de fake news religiosas como estratégia política. *Ciência da Informação Express*, Lavras, MG, v. 7, 2026. DOI: <https://doi.org/10.60144/v7i.2026.248>

Direitos autorais e licença pública

© 2026 Corrêa, E. C. D. Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição (CC BY). Você pode copiar, distribuir, remixar, transformar e criar a partir deste material, para qualquer finalidade, inclusive comercial, desde que seja atribuída a autoria, indicada a fonte e informadas eventuais alterações, sem sugerir endosso dos autores.



A fé como projeto de poder: o uso de fake news religiosas como estratégia política

Faith as a project of power: the use of religious fake news as a political strategy

Elisa Cristina Delfini Corrêa*

Doutora em Sociologia Política.
Universidade Federal de Santa
Catarina, Florianópolis, Santa
Catarina, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0001-7738-1727>

Resumo

Objetivo: Analisar teoricamente a crescente onda de fake news religiosas como estratégia política no Brasil.

Metodologia: Por meio de pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, o texto discute esse fenômeno tanto de forma explicativa, com vistas à compreensão dos pressupostos nos quais se baseia, quanto descritiva, uma vez que aponta características da atuação de movimentos religiosos que promovem e disseminam conteúdos enganosos com fins políticos. **Resultados:** O artigo demonstra que a indústria de fake news religiosas no Brasil atual tem como objetivo arregimentar fiéis e levantar lideranças cristãs (especialmente evangélicas) para estabelecer um projeto de poder político cujas bases apoiam-se na Teologia do Domínio. Como estratégias para a implementação da cosmovisão dominionista, evidenciam-se o nacionalismo cristão e a supremacia religiosa como táticas principais do movimento.

Conclusão: O artigo também apresenta iniciativas de combate a esse tipo específico de desinformação e ressalta que profissionais da informação podem atuar no enfrentamento de conteúdos falsos e empreender pesquisas interdisciplinares que permitam conhecer características específicas de fake news dirigidas a públicos específicos, a fim de combatê-las de forma mais eficiente e empática.

Palavras-chave: Desinformação religiosa; Fake news, Política; Brasil.

ABSTRACT

Objective: To theoretically analyze the growing wave of religious fake news as a political strategy in Brazil. **Methodology:** Through qualitative bibliographic research, the article examines this phenomenon from both an explanatory perspective, seeking to understand its underlying assumptions, and a descriptive perspective, identifying characteristics of religious movements that promote and disseminate misleading content for political purposes. **Results:** The article demonstrates that the religious fake news industry in contemporary Brazil aims to mobilize believers and elevate Christian leaders (particularly evangelical ones) to establish a political power project grounded in Dominion Theology. Christian nationalism and religious supremacy are identified as the main strategies employed by the movement to implement the dominionist worldview. **Conclusion:** The article also presents initiatives to combat this specific form of disinformation and emphasizes that information professionals can contribute to countering false content and conducting interdisciplinary research to identify the specific characteristics of fake news targeting particular audiences, thereby enabling more effective and empathetic approaches to combating disinformation.

Keywords: Religious disinformation; Fake news; Politics; Brazil.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea tem protagonizado um movimento crescente de desinformação criada e disseminada, principalmente, por meios digitais. Sabemos que a circulação de inverdades não é fenômeno recente: espalhar mentiras e boatos para atingir a propósitos diversos é inerente às relações humanas desde que o mundo existe. Porém, também é notório que o uso de tecnologias digitais acrescentou elementos sofisticados que facilitam e aprimoram a criação e espalham com rapidez absurda textos e imagens de conteúdos falsos ou tendenciosos, popularmente conhecidos como *fake news*.

Essa característica marcante do contexto social em que vivemos tem levado pesquisadores e autores dentro e fora da Ciência da Informação a concluir que, infelizmente, passamos da sociedade da informação para a sociedade da desinformação (Duarte, 2018; Silva, 2022).

Um fator específico dessa massa de informação inverídica merece nossa atenção: o aumento vertiginoso de desinformação veiculada digitalmente por indivíduos e instituições religiosas.

Cresce a cada dia, no Brasil e no mundo, uma verdadeira indústria de *fake news* que gera e distribui conteúdos falsos utilizando terminologias e linguagem religiosas.

Este fato merece atenção especial na medida em que *fake news* religiosas atuam de forma contundente na direção do estabelecimento de uma cosmovisão cristã cuja finalidade política precisa ser melhor interpretada.

No campo da política partidária, o uso político de conteúdos desinformativos com teor religioso tem como objetivo manipular um número expressivo de eleitores que, por motivos diversos, identificam-se com o teor dessas mensagens.

Como resultado prático do uso dessa estratégia de poder, observamos a emergência de representantes religiosos eleitos em todas as esferas políticas no Brasil, cujas promessas de campanha baseiam-se principalmente em pautas morais e na promessa de reger o país por critérios supostamente cristãos.

O uso massivo de referências religiosas com finalidades eleitoreiras merece especial atenção neste momento em que a democracia brasileira permanece sob ameaça. Por esse motivo interessa-nos conhecer um pouco mais a fundo quais mecanismos estão por trás dessa máquina desinformativa que despeja uma quantidade expressiva de conteúdos cujo uso simbólico da religião serve a propósitos que destoam, inclusive, do próprio cristianismo em si.

Com base na análise de artigos científicos, relatórios de pesquisa realizados por institutos especializados, além de livros publicados por estudiosos do tema em português, este artigo apresenta uma revisão de literatura sobre a desinformação religiosa no Brasil e discute conceitos que auxiliam na compreensão dos pressupostos e da organização dos movimentos de desinformação religiosa no Brasil, que tem como objetivo estabelecer um projeto de poder político no Brasil, em especial, a partir das eleições presidenciais de 2018.

Por meio de análise qualitativa, este artigo pretende contribuir teoricamente com o combate à desinformação religiosa na medida em que permite identificar características da atuação de movimentos religiosos que promovem e disseminam conteúdos enganosos com fins políticos.

Nesta análise vamos discutir o conceito de Teologia do Domínio como pano de fundo do uso da religião enquanto projeto de poder. Buscaremos identificar algumas táticas em curso no cenário político brasileiro das últimas décadas, por meio da veiculação de *fake news* religiosas nos ambientes digitais.

Esse debate se torna relevante no âmbito da pesquisa e prática profissionais da Ciência da Informação na medida em que, para combater a desinformação, não podem passar despercebidas as mutações discursivas capazes de seduzir pessoas e levá-las ao engano. Conhecer as estratégias que usam *fake news* religiosas permitirá não apenas desconstruir suas mentiras como também permitirá estabelecer diálogos capazes de contribuir para desenvolvimento de uma cidadania melhor informada dentro do circuito religioso e, como consequência, contribuir igualmente para o fortalecimento da democracia brasileira.

2 O CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL E A DESINFORMAÇÃO RELIGIOSA

Embora o Brasil seja considerado um país laico regido por normas constitucionais que asseguram liberdade de crença e proíbem a União de associar-se ou promover atividades religiosas, nas últimas décadas a política nacional vem sofrendo forte influência de discursos e práticas religiosas protagonizadas por parlamentares que professam a fé cristã.

Silva (2006, p. 134) analisa a militância político-religiosa moderna como algo capaz de permitir coexistência entre a racionalidade política e os sentimentos concernentes à religiosidade, na qual

[...] este sujeito religioso-político não experimenta conflito entre o sentimento de dependência total e de ser criatura da religião e o sentimento de potência e de ser criador da política moderna porque ele se vê como uma criatura que é convidada pelo seu Deus para participar da Sua criação. Ele, em última instância, tem uma missão, age com referência ao Absoluto, diante do qual a razão moderna não passa de mero instrumento para os fins que realmente importam: os últimos, universais e sagrados.

É assim que verificamos a significativa emergência de figuras religiosas que fazem uso da política como forma de implementar costumes e valores cristãos na sociedade por meio da “cristianização do direito público” no qual “representantes de denominações religiosas [que] reivindicam, em nome de sua fé, um papel central na formulação das leis e na definição da moralidade pública” (Corrêa; Kincheski, 2025, p. 3).

Para isso, utilizam-se de discursos religiosos transformados em político-partidários cujos motes principais residem na defesa de pautas moralistas e na projeção de um estado cristão, que resultaram na candidatura e eleição de um número significativo de representantes da ala conservadora evangélica que hoje atuam em muitos cargos da esfera pública.

O levantamento realizado pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER), apurou a identidade religiosa de deputados, deputadas e suplentes eleitos para a Câmara Federal no período de 2023 a 2027 (Cunha *et al.*, 2022). Segundo a pesquisa, a maioria possui identidade católica (45,41%), seguido pela identidade cristã (16,17%) e, em terceiro lugar, pela identidade evangélica (14,8%).

O relatório salienta que candidaturas de políticos que se identificam como cristãos chamam especial atenção pois trata-se de uma “categoria difusa que comunica ao eleitor a adesão a certos valores morais e religiosos”. Na prática, isso significa que, em assuntos que envolvem pautas de cunho moral ou de teor religioso conservador, geralmente ocorre consenso de voto entre deputados cristãos e evangélicos, aumentando consideravelmente a participação desse segmento no Plenário, impactando o resultado das votações.

A participação política de religiosos evidencia-se principalmente pela chamada Bancada Evangélica que, apesar de não ser formalmente reconhecida, a exemplo das Bancadas Feminista e Negra, é uma das mais popularmente conhecidas no Brasil, atuando energicamente na defesa de pautas tradicionalistas.

Já a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), foi criada em 2003 e formalizada como instrumento jurídico oficializado regimentalmente pela Câmara dos Deputados no ano de 2015. A atuação da FPE segue na mesma missão de lutar contra direitos relativos ao aborto, à igualdade de

gênero, eutanásia e casamento homoafetivo e outros temas considerados polêmicos para a ala conservadora religiosa.

Segundo Corrêa e Kinchescki (2025, p. 11), para além da aprovação de projetos que partem do repertório da moralidade bíblica:

O exame empírico dessas proposições permite observar, com maior precisão, como a retórica da defesa da família, da moral e dos “valores cristãos” é convertida em **mecanismos formais de poder**, testando a permeabilidade das instituições democráticas e o grau de efetividade da liberdade religiosa no plano normativo (grifo próprio).

A progressiva ascensão de representantes religiosos no exercício de cargos públicos, assim como a crescente aderência de eleitores que professam a religião cristã às temáticas propostas por esses políticos sinalizam a existência de um projeto de poder em construção no Brasil.

Nos bastidores desse projeto de poder existe uma estrutura (des)informacional que não apenas sustenta a manutenção do posicionamento político-religioso dos parlamentares que compõem a Bancada Evangélica e a FPE, como também arregimenta um grande número de eleitores que apoiam e disseminam conteúdos que favorecem o estabelecimento de uma cosmovisão político-religiosa baseada em informações enganosas.

Dessa forma, políticos de confissão cristã apropriam-se de referenciais bíblicos como base de validação de propostas de campanha direcionadas ao público religioso e, uma vez eleitos, utilizam o mesmo repertório dessa estratégia discursiva para o embasamento de suas decisões e posicionamentos durante o exercício de seus mandatos.

Desse movimento resulta uma avalanche de *fake news* que circula principalmente por meio de mídias sociais, usadas como tática eleitoral para reunir e fidelizar apoiadores e eleitores.

Os discursos enganosos dessas *fake news* trazem conteúdos falsos ou distorcidos, tendenciosamente revestidos de religiosidade, nos quais aparecem trechos bíblicos e jargões próprios da linguagem cristã que funcionam como gatilhos que atraem muitas pessoas de fé que se identificam com esse vocabulário e com as pautas apresentadas.

Cunha (2022), pesquisadora do Instituto de Estudos da Religião, analisa o crescimento do fundamentalismo religioso no Brasil a partir de 2002, motivado pela abertura e potencialização de políticas de direitos humanos e de gênero, e representa uma reação às transformações socioculturais que, de acordo com a visão fundamentalista, colocam em risco a família tradicional.

Esse cenário foi terreno fértil para a proliferação de mensagens repletas de desinformação religiosa e para a criação de um ambiente de indignação e descontentamento que, por sua vez, desencadeou ações e protestos cada vez maiores por uma significativa parte da população que professa a fé cristã.

O fenômeno das *fake news* religiosas no Brasil recebe força no período que antecede as eleições presidenciais em 2018, quando verificou-se um crescimento sem precedentes de desinformação religiosa veiculada em mídias sociais com vistas a influenciar o voto do público cristão, representados pelos eleitores católicos e, especialmente, os evangélicos.

Os temas frequentemente presentes nesses conteúdos desinformativos, principalmente disseminados em grupos de *WhatsApp* e *Telegram*, referem-se a informações falsas e alarmistas a respeito de perseguições a cristãos e fechamento de igrejas, questionamentos quanto à confiabilidade de urnas eletrônicas, fortes apelos armamentistas e constantes ataques ideológicos contra movimentos sociais e sistemas de governo que divergem das concepções conservadoras defendidas por movimentos político-religiosos fundamentalistas.

Para Schroeder (2024, p. 66) a presença de *fake news* em comunidades religiosas é um fenômeno que “reflete uma dinâmica única dentro deste segmento religioso, onde a disseminação de informações falsas pode afetar não apenas a coesão interna, mas também influenciar as percepções e atitudes em relação a questões sociais, políticas e até mesmo teológicas”.

Patriota e Dantas (2024) analisam o que chamam de “*Fake profecias*”, disseminadas no Brasil por ocasião das eleições presidenciais de 2022. Os autores cunharam o termo para definir “quaisquer revelações de caráter religioso e profético que prescrevam visões futuras,

distorcendo fatos, independentemente destas estarem vinculadas às vicissitudes políticas das eleições presidenciais brasileiras” (Patriota; Dantas, 2024, p. 241).

O artigo ressalta que “profecias e revelações são elementos presentes nas celebrações religiosas e na experiência espiritual de diferentes religiões, incluindo as igrejas evangélicas, em especial nos segmentos pentecostal e neopentecostal” (Patriota; Dantas, 2024, p. 241). Assim, o conteúdo desinformativo se apresenta atraente ao público religioso, acostumado ao discurso profético. Este fato torna-se um agravante na medida em que permite que a informação enganosa assuma caráter divino, o que dificulta sua contestação entre os fiéis. Os autores concluem que a *fake* profecia

[...] se apresenta como um formato familiar no contexto das igrejas, particularmente no que se refere às práticas de enunciação profética. Embora revestida em uma forma discursiva familiar, performática na instauração do carisma e ressonante com o ethos do profeta, a *fake* profecia é fundamentada na manipulação substancial da verdade a partir de uma cenografia que amplia sua aceitação e credibilidade diante da comunidade de fiéis e seguidores dos profetas. Assim sendo, enquanto as *fake news* evocam a autoridade de veículos jornalísticos, que influenciaram significativamente o curso do debate público nas últimas décadas, as *fake* profecias **acionam a autoridade divina como fonte das informações que chegam aos fiéis e seguidores pelos canais digitais** (Patriota; Dantas, 2024, p. 250, grifo próprio).

Um dos efeitos mais danosos, talvez, da divulgação desinformativa religiosa é seu poder de transformar o debate político em uma luta do bem contra o mal. Essa cosmovisão na qual religião e política se misturam é uma das principais bases para o que conhecemos hoje como polarização e representa enormes prejuízos ao desenvolvimento da nação brasileira, bem como à convivência pacífica em nossa sociedade.

Para Libanio (2006, p. 14) a dualidade entre o bem e o mal se faz presente na política pois

[...] diante do mistério do mal que acompanha o ser humano a cada momento, levanta-se a pergunta sobre sua origem. Diante da impossibilidade de reduzi-lo ao bem, por causa de sua radical contraditoriedade, o espírito humano pensou a solução mais simples de fazê-lo recuar a um princípio último do mal que viveria ao lado do princípio do bem: o dualismo maniqueu. Essa posição penetrou sutilmente também mentes modernas, tecnocratas. Atua até hoje sob aquelas formas em que, em dado momento, uma pessoa, um grupo, um partido, uma

proposta política se consideram toda a verdade, todo o bem e o adversário encarna, por sua vez, o mal.

Os discursos propagados por meio de *fake news* religiosas apelam para o estabelecimento de uma batalha espiritual e fazem uso abundante de notícias falsas e da retórica do medo para criar pânico moral, gerar insegurança e promover afetos (Cunha, 2022, p. 11). Ao conceber a política como uma luta entre o bem e o mal, o discurso político-religioso classifica pessoas em grupos antagônicos e cria uma narrativa mítica na qual heróis e vilões disputam pelo poder.

Sousa *et al.* (2024) realizaram uma pesquisa sobre o conteúdo desinformativo disseminado durante as eleições presidenciais em 2022 e destacam o processo de vilanização verificado nas postagens. Nesse processo

[...] Figuras públicas, organizações e (ou) grupos são desumanizados e demonizados, sendo a eles atribuídas ações que colocariam em risco valores e crenças do público-alvo da desinformação posicionado, em muitas dessas narrativas mentirosas, como vítima. Tal vilanização opera também na descredibilização da figura do herói. Assim, trata-se mais de endossar o Mal que há no Outro, do que, propriamente, de ressaltar as qualidades de quem se busca beneficiar (Souza *et al.*, 2024, p. 99).

Dentre os católicos, o então candidato à presidência da república Fernando Haddad foi o principal alvo de desinformação no período que antecedeu a eleição presidencial em 2018. A ele foram atribuídas notícias falsas sobre a distribuição do “kit gay” nas escolas, autorização para operação de mudança de sexo em crianças e fraude nas urnas eleitorais (Silva, 2019, p. 70).

A análise feita por Sousa *et al.* (2024, p.98) aponta que, de acordo com a pesquisa, nas *fake news* disseminadas entre evangélicos a vilanização recai consistentemente sobre políticos de esquerda, materializada essencialmente na figura do atual presidente Luís Inácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores (PT). Simpatizantes de esquerda e ministros do Supremo Tribunal Federal também são considerados vilões para esse segmento. Em menor medida, mas igualmente vilanizada, está a mídia representada principalmente pela Rede Globo e pela jornalista Vera Magalhães

Se existem vilões, certamente existem vítimas, e elas também estão presentes nas *fake news* evangélicas. Dentre as vítimas mencionadas estão cristãos, crianças, mulheres, a população brasileira e personagens influentes da direita religiosa, principalmente padres e pastores. (Sousa *et al.*, 2024).

Essa dicotomia é extremamente perigosa pois ultrapassa o âmbito da atuação política e atinge a população em geral. A suposta batalha entre o bem e o mal transforma eleitores em inimigos posicionados ideologicamente em lados considerados opostos. Esse movimento cria uma atmosfera de ódio que promove situações que, em casos mais extremos, há real perigo de morte.

Quanto aos riscos à democracia e soberania nacional, Sartori e Hahn (2020, p. 88) afirmam que *fake news* religiosas

[...] foram expressivamente disseminadas no período do pleito eleitoral para presidência da república, no ano de 2018, sendo que, possivelmente, influenciaram o posicionamento e o voto dos cidadãos brasileiros para determinado candidato ou partido político. E ter sua opinião política influenciada por mentiras de fundamento transcendental é uma evidente forma de impactar negativamente a democracia, no sentido de que as decisões são baseadas em ideias falsas e não são tomadas tendo em vista o bem comum dos cidadãos.

Além disso, conforme os autores:

[...] a relação que se evidencia entre as *fake news* e a ameaça à democracia liberal é de que, as primeiras, disseminadas pelas mídias sociais digitais, servem de instrumentos para legitimar a ascensão de líderes populistas aos governos nacionais e, assim, promoverem ideias antidemocráticas, retornando ao autoritarismo político (Sartori; Hahn, 2020, p. 92).

Portanto, quando *fake news* religiosas são usadas como estratégia de poder, permitem manipular uma enorme massa de eleitores para os quais esses conteúdos possuem caráter supostamente divino, inclusive com candidatos expressamente “escolhidos por Deus”. E, como para esse público essas mensagens enganosas possuem status de autoridade inquestionável, elas são fartamente repassadas sem maiores preocupações a respeito de sua credibilidade.

Os resultados de uma pesquisa nacional realizada em 2026 pelo Aláfia Lab, publicados no relatório “Como os brasileiros percebem a circulação da desinformação e o uso da Inteligência Artificial”, apontam que os evangélicos são o grupo religioso mais impactado pela desinformação sobre temas de religião e fé.

A pesquisa também mostra que esse é o grupo religioso que menos verifica a credibilidade das informações por meio de pesquisa em agências de checagem de fatos. Dentre os assuntos de maior incidência de *fake news* entre os evangélicos, política, eleições e celebridades aparecem com destaque.

Uma pesquisa anterior, realizada pelo Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no período de 2019 a 2020, analisou o uso do *WhatsApp* para circulação de *fake news* no segmento evangélico. O relatório “Caminhos da desinformação: evangélicos, *fake news* e *WhatsApp* no Brasil”, aponta para a alarmante estatística que mostra que 77,6% dos respondentes evangélicos receberam notícias falsas em grupos relacionados às suas igrejas e, dentre eles, 61,9% declararam que notícias sobre política eram as mais frequentes (UFRJ, 2020).

Merece nossa atenção o protagonismo de políticos e religiosos influentes na disseminação de conteúdo enganoso com vistas a reforçar a identificação ideológica de eleitores evangélicos. Ferreira e Patrocínio (2025, p. 102) citam personalidades como o deputado Marco Feliciano, que “utilizou sua posição de liderança religiosa para divulgar conteúdos desinformativos com atividade digital, baseada em estratégias de comunicação direta e emocional e teve como objetivo reforçar a identificação ideológica com sua base evangélica e minar a credibilidade de fontes jornalísticas tradicionais”.

Políticos e líderes religiosos cristãos que utilizam suas mídias sociais para fortalecer sua influência político-religiosa contribuem politicamente na divulgação de um projeto cuja premissa principal seria, supostamente, colocar o próprio Deus no governo da nação.

Embora sejam abundantes as promessas de implementar um governo pautado em pressupostos bíblicos e rígidos padrões de conduta moral, por trás da máquina de

desinformação religiosa existem empresas e pessoas contratadas para criar conteúdos de mídias sociais que utilizem trechos da Bíblia para atrair o público cristão.

Segundo Magali Cunha (2022), pesquisadora do Instituto de Estudos da Religião e editora geral do Coletivo Beréia, os responsáveis pela criação desses conteúdos nem sempre possuem laços de fé. São especialistas contratados para criar e disseminar narrativas eleitorais mal intencionadas com finalidade de engajamento. Esses especialistas não são, necessariamente, irmãos de fé.

Portanto, percebe-se a existência de uma rede articulada de atores que incluem a participação de não cristãos, pessoas movidas por interesses econômicos, políticos e ideológicos. Em última análise: interessados na conquista de poder em diferentes esferas sociais mas, principalmente na esfera política. De acordo com Dip (2019, p. 134-140), o projeto de poder da Bancada Evangélica e da FPE já está em curso e é possível identificar com maior clareza alguns eixos que evidenciam sua implementação. São eles: o controle dos corpos evidenciados em temas como o aborto e direitos LGBT; a conquista e manutenção de privilégios como isenção fiscal de igrejas, obtenção de espaços para a construção de igrejas e verbas públicas para eventos religiosos, e o poder propriamente dito.

Dip afirma que o projeto de poder de religiosos evangélicos está em franca construção e atinge o país em várias frentes como a política, a cultura e os direitos. Para que esse projeto se concretize, lideranças evangélicas se unem e tentam superar diferenças para criar um plano pautado por orientação religiosa.

Diante desse cenário de franca expansão religiosa na política brasileira, movimentada principalmente por meio de *fake news* criadas para sustentar um projeto de poder religioso em contraposição ao Estado laico brasileiro e usadas como táticas para arregimentar eleitores cristãos, faz-se necessário descortinar os principais conceitos e pressupostos que estão por trás da utilização da religião como estratégia de poder.

3 TEOLOGIA DO DOMÍNIO COMO BASE PARA O PODER POLÍTICO RELIGIOSO

O combate às *fake news* religiosas assumem contornos diferenciados na medida em que exploram o sobrenatural como estratégia política. Por esse motivo, compreender como se constroem os argumentos que justificam sua aderência são essenciais para que seja possível desconstruir as falsas premissas nas quais esses conteúdos se baseiam.

Dentre as diversas teologias com as quais as religiões cristãs desenvolvem suas doutrinas e regem suas práticas de fé, o movimento político-religioso liderado pelos evangélicos no Brasil apresenta fortes características da Teologia do Domínio (TD).

Segundo Novais e Campos (2021, p. 30) observa-se a existência de duas vertentes principais da TD, que, embora coincidam em sua origem e em seu objetivo de assumir o comando da sociedade, apresentam características distintas, e podem ser conceituadas como

[...] teologias alinhadas a um tipo de domínio social e político guiado por pressuposições e imperativos teológicos. Mais especificamente, teologias que, no campo cristão tradicional ou pentecostal, compreendem que sua tarefa no mundo tem como objetivo conquistar espaços sociais – como expressão do reino de Deus e, por vezes, do estabelecimento da lei de Deus como lei política.

Os autores apresentam essas ramificações da TD como: uma vertente pentecostal conhecida como o dominionismo dos “7 Montes” (7M) e a vertente reformada conhecida como “Teonomismo Reconstrucionista” (TR), ambas originárias dos Estados Unidos da América (EUA). A TD se fundamenta na “ideia teocrática de que, independentemente do campo teológico, meio ou época, Deus tem chamado os cristãos conservadores a exercer o domínio sobre a sociedade, ao assumir o controle das instituições políticas e culturais” (Novais; Campos, 2021, p. 30).

A TD originada a partir da vertente pentecostal possui como pressuposto a ideia de que

[...] a vontade de Deus é que os cristãos dominem as múltiplas áreas da sociedade. Com possíveis ligeiras modificações terminológicas a depender de autor ou obra, as esferas são as seguintes: família, religião, educação, governo, mídia, arte e economia. De fato, a principal noção desse modelo de teologia é compreender (mapear) as esferas e, então, dominá-las. Outros temas dão suporte à perspectiva

da 7M, como as mensagens proféticas, o retorno do apostolado, batalha, cobertura, mapeamento e paternidade espiritual, e também o foco no imperativo missionário da Grande Comissão, presente nos evangelhos de Mateus (28.16-20) e de Marcos (16.15-18) – como condições e meios de dominar as esferas sociais, para além da mera evangelização (Novais; Campos, 2021, p. 32).

Da 7M parece emergir a política enquanto batalha espiritual, segundo a cosmovisão na qual cristãos precisam tornar-se “cabeça e não a cauda”, conquistando as principais áreas de influência da sociedade (Enlow; Guillen *apud* Novais; Campos, 2021, p. 34).

A vertente reformada, por sua vez, tem origens calvinistas, cujos autores “alinham-se à posição de uma reforma da educação, à escatológica pós-milenista, à apologética pressuposicionalista e à posição conservadora na política” (Novais; Campos, 2021, p. 35).

A visão da TR apoia-se, dentre outros pressupostos teológicos, na soberania de Deus e, como consequência, que os cristãos reconstrucionistas são teonomistas. Isso significa crer na afirmação de que as leis de Deus dadas ao Israel do Antigo Testamento, devem ser aplicadas também às legislações contemporâneas.

Dessa visão decorre o empreendimento para a implementação de um governo pautado em dogmas bíblicos e cristãos no qual o “homem de domínio”, juntamente com suas famílias, exerce o governo de Deus por meio do chamado “auto-domínio”. Ou seja,

[...] o indivíduo cristão autogovernado pela lei de Deus opera a reconstrução do mundo. Não obstante, as famílias têm um papel essencial no domínio, pois, segundo Rushdoony, a família é a instituição básica da sociedade e a ela pertence o controle da “criança, da propriedade, da herança, da educação e do bem-estar” (Novais; Campos, 2021, p. 39).

Os autores concluem que, embora sejam divergentes em alguns princípios, as duas vertentes representam propósitos políticos comuns da TD, não por imposição ditatorial teocrática, mas pela entrada progressiva e simbólica de seus representantes “auto-governados” em todas as instituições sociais:

[...] proposta do TR é que o domínio não ocorra por meio de projetos de tomada de poder, como no caso de revoluções, pelo contrário, o domínio deve ter como lugar simbólico os indivíduos autogovernados pela lei de Deus e suas famílias, numa postura anti-establishment, pois em um processo de expansão progressiva “eles eventualmente irão controlar todas as instituições da sociedade, e toda a Terra irá reconhecer a soberania de Cristo” (Novais; Campos, 2021, p. 39).

Como estratégias para a implementação da cosmovisão dominionista, considera-se nesta análise o **nacionalismo cristão** e a **supremacia religiosa** como sendo as principais, pois organizam a ideologia política conservadora crescente no Brasil contemporâneo. Ambas as táticas estão perfeitamente representadas no bordão “Brasil acima de tudo/Deus acima de todos”, utilizado por candidatos da extrema-direita e reproduzido por seus eleitores.

O **nacionalismo cristão** deriva do nacionalismo religioso e pode ser entendido tanto como uma mentalidade quanto como uma máquina eficiente para a instrumentalização política e econômica Segundo Gomes (2024, p.33),

[...] o nacionalismo cristão pode ser entendido como uma estrutura analítica cultural que defende uma fusão entre o cristianismo e a vida cívica. Essa perspectiva envolve uma coleção intrincada de mitos, tradições, símbolos, narrativas e sistemas de valores. No entanto, o caráter cristão não diz respeito a um ideal comum abarcado pelas diferentes denominações cristãs. Em vez disso, essa ideologia incorpora pressupostos associados ao nativismo, supremacia branca, sexismo, heteronormatividade, juntamente com a sanção divina para autoritarismo e o militarismo. É um conceito tão étnico e político quanto religioso (Whitehead; Perry, 2020).

Enquanto mentalidade, apoia-se na ideologia de que a identidade nacional é intrínseca à identidade religiosa, porém, baseada em versões muito específicas e aprovadas pela máquina nacionalista. Esta última refere-se a um aparato político organizado por lideranças e organizações que são pautadas mais por anseios de poder do que por temas teológicos e doutrinários (Nacionalismo Cristão, 2026, p. 12).

No caso do nacionalismo estadunidense, verifica-se como características principais o forte evangelicalismo conservador cristão e masculinista. Por sua vez, o termo “nacionalismo cristão” é recente no Brasil. Seu crescimento foi mais expressivo na última década, com base

na articulação de evangélicos conservadores com lideranças políticas, herança católica e mídias digitais.

Porém, “diferentemente do caso norte-americano, a questão racial se apresenta de forma mais difusa no Brasil, já que não há uma divisão institucional entre ‘igreja negra’ e ‘evangélicos brancos’. Por outro lado, temas como imigração, centrais no debate nacionalista norte-americano, dão lugar, no Brasil, à mobilização contra inimigos internos identificados na própria população” (Nacionalismo Cristão, 2026, p. 14). A religião cristã tornou-se marcador político e identitário para definir quem é o “verdadeiro” cristão e logo, brasileiro. (Nacionalismo Cristão, 2026, p. 16).

O documento aponta como meios de operacionalização do nacionalismo cristão no Brasil os seguintes espaços:

- a) espaços digitais como as mídias sociais e a mídia religiosa como as emissoras cristãs de rádio e televisão;
- b) espaços religiosos propriamente ditos e suas produções internas como sermões, músicas e publicações;
- c) formações e capacitações político-ideológicas: cursos, palestras, conteúdos sobre feminilidade e virtuosidade;
- d) contramovimentos extremistas: células nazistas/fascistas e grupos de extrema direita;
- e) redes de mobilização, eventos e filantropia: como marchas e movimentos pró vida.

Pastores, teólogos, músicos, influenciadores e políticos cristãos formam o grupo de mensageiros do nacionalismo cristão em evidência midiática no Brasil que atua em praticamente todos os espaços acima mencionados, enquanto que o trabalho de base da mentalidade nacionalista continua sendo realizada dentro dos núcleos familiares, que reproduzem e socializam os valores que dão força ao movimento.

A **supremacia religiosa** promovida pela TD está intimamente ligada ao nacionalismo cristão e é considerada por Pereira (2023) como a chave de interpretação do fenômeno evangélico-político bolsonarista. A cosmovisão supremacista/cristã/religiosa não tolera a

igualdade de direitos entre as demais religiões e nem mesmo a de versões do cristianismo menos conservadoras.

Sob o argumento de que a maioria da população brasileira se autodenomina cristã, adeptos da TD advogam o direito de estabelecer um estado cristão, desrespeitando as demais religiões e contrariando a laicidade que garante liberdade de culto a todas as crenças e até mesmo a possibilidade da não-crença. Contraditoriamente, fazem uso de sua liberdade religiosa para inviabilizar a liberdade de religiões consideradas inimigas da fé cristã.

“Deus no comando” ou “Deus no controle” são palavras de ordem características de movimentos conduzidos pela TD, muito conhecidas no meio cristão e reproduzidas para além de situações de espiritualidade.

Palavras de ordem que sugerem batalha espiritual, vitória contra o mal, declarações que afirmam que o Brasil pertence a Deus e a presença de candidatos em cultos públicos são exemplos que atestam o estreitamento entre a religiosidade dominionista e a política praticada no Brasil.

Porém, segundo Dusilek e Gomes (2025), ainda há um longo caminho a ser percorrido no entendimento mais amplo do que significa a TD brasileira e, da mesma forma, ainda não é possível compreender e analisar com precisão seus efeitos políticos e culturais. Por outro lado, parece evidente o objetivo do movimento político-religioso verificado no Brasil que, assim como nos EUA, tem como foco a conquista do poder de Estado.

Dusilek e Gomes analisam possíveis consequências do estabelecimento de um Estado pautado na TD e faz questionamentos em relação à capacidade de sobrevivência da democracia brasileira. Os autores se mostram perplexos diante da quantidade de pessoas que sustentam ideias antidemocráticas e antiéticas de uma sociedade teonomista e afirmam que:

[...] a blindagem mental de parte dos evangélicos, essa periferia que foi renegada no projeto de instalação do protestantismo de missão no Brasil, mas que agora se encontra a vontade no movimento evangélico, é fruto da ação de grupos fundamentalistas e dominionistas no país [...] O solapamento da democracia, sua erosão por dentro, está em curso.[...] Se sabemos o como, se temos conhecimento

do *modus faciendi* do projeto de poder dominionista, em tese também deveríamos ter as condições para evitá-lo (Dusilek; Gomes, 2025, p. 107-108).

Como agravante, percebe-se que presenciamos uma espécie de vale tudo no esforço de implementar o projeto dominionista brasileiro. Para que os objetivos sejam alcançados, religiosos fazem uso consistente de estratégias discursivas enganosas, engenhosamente revestidas de piedade e puritanismo. Descortinar os bastidores desse movimento é tarefa essencial no Brasil contemporâneo para conter a expansão dominionista e evitar a erosão democrática, como sugerem Dusilek e Gomes.

E é justamente a partir da necessidade de aprofundar conhecimentos sobre os mecanismos antidemocráticos que se utilizam da religião para retroceder direitos humanos e de cidadania, e de buscar cenários favoráveis à manutenção da democracia no Brasil, que o combate às *fake news* religiosas deve ser fortalecido. Felizmente, é possível encontrar iniciativas bem sucedidas de resistência ao movimento de desinformação religiosa que merecem nossa atenção e ganham destaque neste artigo.

4 RESISTÊNCIA E DIÁLOGO: CAMINHOS PARA O COMBATE ÀS *FAKE NEWS* RELIGIOSAS

Embora sejam palpáveis as ameaças à democracia protagonizadas com a participação de cristãos no contexto de desinformação religiosa, devemos reconhecer que existe uma parcela de cristãos que não têm se curvado diante dos constantes ataques antidemocráticos e segue denunciando inverdades e lutando por ideais de justiça e igualdade no Brasil.

Dentre a comunidade católica, observamos o episódio recente no qual a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) veio a público para desmentir a falsa denúncia sobre a circulação de *fake news* pela instituição. Por meio de uma nota de esclarecimento, a CNBB esclarece que “não produziu, autorizou ou participou da elaboração ou divulgação de informações falsas relacionadas ao atual processo eleitoral” (CNBB, 2026).

A CNBB declara ainda, na mesma nota, que repudia a produção e a utilização de informações falsas, independentemente de sua origem ou de quem possam beneficiar ou prejudicar”. A nota

também reafirma o compromisso dos Bispos com a verdade e afirma que “a mentira não se combate com outra mentira”.

Dentre os evangélicos, a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito, criada a partir do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, têm se mobilizado no sentido de agregar cristãos favoráveis ao sistema democrático e de reforçar a existência de um eleitorado evangélico não alinhado à direita e extrema-direita no Brasil.

A Frente, em parceria com o Observatório Político Eleitoral (Opel), realizou um estudo cujos resultados mostram que o público evangélico se mostra cansado de *fake news*, da violência da direita e da estigmatização da esquerda. O estudo, que monitorou grupos de 13 capitais do país, com a participação de aproximadamente 250 evangélicos, aponta para a realidade da pluralidade da visão de mundo desse segmento e desmistifica a existência de um voto uníssono desse grupo. Um dado levantado no estudo representa uma boa notícia diante do quadro desanimador que envolve os evangélicos no Brasil: apenas um em cada 10 participantes dos grupos analisados se enquadra no perfil conservador de direita, antivacina e disseminador de *fake news* (Salum; Cruz, 2026).

Mais diretamente voltado ao combate direto de notícias falsas, recebe destaque o Coletivo Beréia. O Coletivo é uma iniciativa de combate à desinformação no meio cristão cuja atuação tem sido referência na checagem de fatos dentro do contexto evangélico. Trata-se de “uma iniciativa jornalística independente, sem fins lucrativos voltada para o enfrentamento à desinformação em ambientes digitais religiosos” (Coletivo Beréia, 2020).

Para realizar as checagens, a equipe faz acompanhamento diário de sites e agências de notícias de identidade religiosa, perfis de mídias sociais de lideranças e influenciadores religiosos de expressão nacional, de políticos e de pessoas ocupantes de cargos públicos com identidade religiosa para verificar e classificar os conteúdos veiculados nas categorias: informativos, quando os conteúdos são verdadeiros; e desinformativos, quando são falsos, enganosos, inconclusivos ou imprecisos.

A atuação do Coletivo representa uma contribuição essencial na denúncia de conteúdos enganosos justamente por estabelecer a checagem de fatos dentro do universo religioso que mais distribui notícias falsas no momento político atual, possuindo um alcance que outras agências de checagem talvez não consigam atingir.

E essa aproximação talvez seja o ponto crucial de virada para desbancar produtores e distribuidores de *fake news* religiosas. Spyer (2020, p. 23) analisa os evangélicos brasileiros e afirma que eles representam uma importante parcela da população que não pode ser ignorada no cenário social e político, uma vez que funciona como estado de bem-estar social informal em ambientes negligenciados pelo Poder Público. Segundo o autor

No Brasil, a consequência de se alienar do debate e hostilizar esse grupo de maneira genérica e desinformada aparece no enfraquecimento de lideranças evangélicas progressistas dentro de suas comunidades, e consequentemente na promoção dos conservadores (Spyer, 2020, p. 23).

Spyer realizou uma pesquisa de campo em um bairro periférico de Salvador onde, por um ano e meio, conviveu com famílias evangélicas e, embora sua pesquisa não envolvesse religião, observou a influência positiva da religiosidade no estilo e qualidade de vida dessas pessoas. Segundo o autor, a igreja evangélica

Leva para os moradores das periferias aquilo que não chega pelos serviços do Estado. Por meio das igrejas, das redes interligando igrejas e também das redes de solidariedade criadas pelo convívio entre os fiéis, muitas coisas boas são feitas para as pessoas em condições de vulnerabilidade social, e em grande parte esse é o motivo do crescimento acelerado das organizações evangélicas (Spyer, 2020, p. 37).

Para Spyer existe um contraste que marca o cristianismo evangélico: a imagem do evangélico que aparece nos noticiários não corresponde à das pessoas com as quais o autor conviveu durante sua pesquisa. O estereótipo do evangélico alienado precisa ser superado e diálogos precisam ser estabelecidos com esse público que representa uma parcela importante da população brasileira.

O autor afirma que existem dificuldades para estabelecer pontes de diálogo, inclusive dentro das universidades. Uma delas reside no confronto entre a visão de mundo racional, científica e

iluminista e a perspectiva que “pode concorrer ou competir com essa, na medida em que pressupõe a existência de um ser supremo que criou o Universo [...] e que, portanto, controla as leis naturais em vez de ser controlado por elas” (Spyer, 2020, p. 212).

Apesar disso, é preciso encontrar caminhos para dialogar com o que Spyer chama de “Povo de Deus” em seu livro e, para que isso aconteça é necessário cultivar uma “vigilância epistemológica” que nos permita avaliar constantemente as lentes com as quais olhamos para pessoas com perspectivas diferentes das nossas, pois “o cristianismo evangélico é um grupo vasto, heterogêneo e complexo” (Spyer, 2020, p. 215).

Portanto, o caminho para o combate efetivo de *fake news* passa não apenas pelo entendimento a respeito do cenário de desinformação religiosa como também e, principalmente, pelo diálogo respeitoso com as pessoas que professam a fé cristã.

Esse é o desafio aqui proposto aos profissionais da informação: a literatura especializada em CI é generosa em apresentar recursos e possibilidades teóricas e práticas de atuação para o combate às *fake news*, sendo possível encontrar muitos os exemplos de intervenção positiva na sociedade na luta contra a desinformação.

Em um artigo recentemente publicado pela Revista Conexão, o presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia 6. Região (CRB-6) defende o papel de profissionais especializados na organização e avaliação de informações no enfrentamento à desinformação em períodos eleitorais. Para ele, “esses profissionais podem contribuir para que os cidadãos desenvolvam capacidade de buscar, avaliar, compreender e utilizar informações de maneira crítica, ética e autônoma” (Bibliotecários..., 2026).

No entanto, cabe aqui ressaltar o papel crucial de profissionais que atuam em instituições confessionais como universidades e escolas. Nesses ambientes específicos, infelizmente, a literatura é escassa ou, talvez, até mesmo inexistente.

Este artigo destaca alguns esforços de grupos de pessoas ligadas à religião cristã, porém, cabe refletir sobre o papel que bibliotecas confessionais podem exercer dentro das comunidades e instituições às quais estão ligadas.

Profissionais atuantes nesses espaços, além de possuírem conhecimentos técnicos necessários para essa intervenção, possuem também ampla familiaridade com os preceitos e dogmas da instituição e, desta forma, podem estabelecer diálogos conciliadores e atuar de forma educativa no combate aos conteúdos falsos de teor religioso.

Dessa forma, é possível criar intersecções nas quais a religiosidade é respeitada para estabelecer uma interlocução ativa com base no discernimento para a verdade, para o diálogo e para com a pessoa humana, como sugere Pinto (2023) em sua análise sobre a interface entre teologia e comunicação no ambiente digital a partir dos preceitos da Teologia Moral Católica. O autor afirma que existe um chamado da teologia moral no qual os fiéis devem

[...] aproximar-se de todos, sem distinção, e realizar um processo de acompanhamento destas realidades virtuais, discernindo junto com os que estão neste caminho, modos sempre novos de manifestar e identificar a Graça de Deus que quer atingir todas as pessoas (Pinto, 2023, p. 74).

Embora o foco seja direcionado à comunicação digital, o discernimento apresentado pelo autor pode servir de base para a criação de pontes que possibilitem o diálogo em situações cotidianas nas quais pessoas bibliotecárias poderão intervir de maneira educativa para a conscientização sobre a necessidade de buscar informações confiáveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de polarização política, intolerância religiosa e ameaças antidemocráticas, atuar de maneira conciliadora e, ao mesmo tempo, pontual para o enfrentamento à desinformação religiosa deve ser considerado como prioridade e urgência de todo cidadão brasileiro mas, principalmente, de todas as pessoas que lidam com a informação e com o público-alvo das bibliotecas de maneira geral.

No entanto, o sucesso desse empreendimento depende de uma compreensão dos processos que cercam os movimentos de desinformação religiosa e do desenvolvimento de uma aproximação empática que resulte na conscientização sobre a prática cotidiana de checagem de fatos.

São grandes os desafios que se apresentam aos profissionais da informação diante da complexidade do cenário informacional inundado por ondas de desinformação metamórfica que assume diferentes discursos para atingir diferentes públicos.

No entanto, sempre é possível descortinar caminhos e abrir frentes de resistência e combate às *fake news*. O debate proposto neste artigo dirige a atenção para a indústria de informações falsas que atinge o circuito da religiosidade cristã no Brasil e espera-se que seja útil para subsidiar ações educativas que auxiliem o estabelecimento do diálogo necessário junto a esse público.

A interdisciplinaridade da Ciência da Informação abre possibilidades de intervenção e confronto de conteúdos falsos dirigidos a diferentes tipos de público. Que o recorte deste artigo possa servir de inspiração para que novas frentes de diálogo possam ser abertas e, assim, profissionais e unidades de informação estejam ativamente contribuindo para a preservação de nossa sociedade democrática, com cidadãos e cidadãs conscientes e bem informados.

REFERÊNCIAS

ALÁFIA LAB. **Como os brasileiros percebem a circulação da desinformação e o uso da Inteligência Artificial**. Salvador: Aláfia Lab, 2026. Disponível em: <https://alafialab.org/wp-content/uploads/2026/06/Como-os-Brasileiros-percebem-a-circulacao-da-desinformacao-e-o-uso-da-Inteligencia-Artificial-1.pdf>. Acesso em: 1 out. 2026.

BIBLIOTECÁRIOS ganham papel estratégico no combate à desinformação eleitoral. **Revista Conexão**, [s. l.], 2026. Disponível em: <https://www.conexaoes.com.br/noticia/bibliotecarios-ganham-papel-estrategico-no-combate-a-desinformacao-eleitoral>. Acesso em: 1 out. 2026.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Bancadas atuais. Brasília, DF: Câmara dos Deputados.

Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas-partidarias/bancadas-atuais>.

Acesso em: 1 out. 2026.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 out. 2026.

COLETIVO BEREÍIA. Quem somos. [S. l.]: Coletivo Beréia, 2020. Disponível em:

<https://coletivobereia.com.br/proposta-bereia/>. Acesso em: 1 out. 2026.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Nota de esclarecimento**. Brasília, DF:

CNBB, 2026. Disponível em:

<https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/test-for-pdf/NOTA.PROTOCOLO.pdf>. Acesso em:

1 out. 2026.

CORRÊA, Caetano Dias; KINCHECKI, Daniel Rodrigues. Laicidade à brasileira: os impulsos de cristianização do direito público e as assimetrias da liberdade de religião ou crença no Brasil no século XXI. **Revista Latinoamericana de Derecho y Religión**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 1-28, dez. 2025.

Disponível em: <https://revistalatderechoyreligion.uc.cl/index.php/RLDR/article/view/98242>.

Acesso em: 1 out. 2026.

CUNHA, Magali do Nascimento. Fundamentalismo na era da desinformação: um desafio à pesquisa em comunicação e religiões. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 45., 2022, João Pessoa. **Anais [...]**. [São Paulo]: Intercom, 2022. p. 1-15.

Disponível em:

<https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2022/resumo/0802202217140162e9858959c29.pdf>. Acesso em: 1 out. 2026.

CUNHA, Magali *et al.* **Pesquisa do ISER levanta identidade religiosa dos deputados e deputadas federais diplomados**. Religião e Poder, [s. l.], 2022. Disponível em:

<https://religioepoder.org.br/artigo/pesquisa-do-iser-levanta-identidade-religiosa-dos-deputados-e-deputadas-federais-diplomados>. Acesso em: 2 out. 2026.

DEPUTADOS citaram “Deus” 59 vezes na votação do impeachment. Congresso em Foco, [s. l.], 17 abr. 2016. Disponível em:

<https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/42162/deputados-citaram-%e2%80%9cdeus%e2%80%9d-59-vezes-na-votacao-do-impeachment>. Acesso em: 1 out. 2026.

DIP, Andrea. Afinal, o querem os políticos evangélicos? In: DIP, Andreia. **Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 134-140.

DUARTE, Yaciara Mendes. A sociedade da desinformação e os desafios do bibliotecário em busca da biblioteconomia social. In: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA,

Pedro Cavalcanti Gonçalves (org.). **Bibliotecário do século XXI: pensando o seu papel na contemporaneidade**. Brasília, DF: Ipea, 2018. p. 67-82. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/book/b09343a4-a667-4eff-9d43-f2e1c700604f>. Acesso em: 2 out. 2026.

DUSILEK, Sérgio Ricardo Gonçalves; GOMES, Nataniel dos Santos. Teologia no domínio das eleições: uma relação com o prazo de validade. **REFLEXUS: Revista Semestral de Teologia e Ciências das Religiões**, Vitória, ano 19, n. 1, jan. 2025. Disponível em: https://revista.fuv.edu.br/index.php/reflexus/pt_BR/article/view/3039. Acesso em: 1 out. 2026.

FERREIRA, Èrica; PATROCÍNIO, Virgínia. O jornalismo e a disseminação de *fake news* religiosas na política brasileira. **Puçá: Revista de Comunicação e Cultura na Amazônia**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 100-123, jun. 2025. Disponível em: <https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/puca/article/view/3927>. Acesso em: 2 out. 2026.

SILVA, Henrique Gomes e. “**De pé para a bandeira e de joelhos para a cruz**”: nacionalismo cristão na política externa dos governos Bolsonaro e Orbán. 2024. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/79c5a3a4-8c33-40da-8b50-b3552e135b9d>. Acesso em: 2 out. 2026.

LIBANIO, João Batista. O problema do mal. **Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 1-180, dez. 2006. Disponível em: <https://pucminas.emnuvens.com.br/horizonte/article/view/505/531>. Acesso em: 2 out. 2026.

NOVAIS, Tiago de Melo; CAMPOS, Breno Martins. Teologias do domínio: revisitando fontes e autorias. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, v. 47, n. 2, p. 29-40, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/PR/article/view/2520/2081>. Acesso em: 1 out. 2026.

PATRIOTA, Karla; DANTAS, Rafael. Fake profecias: a desinformação embalada em mensagem divina nas eleições presidenciais de 2022. **REVER: Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 237-252, 2024. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/download/65154/45505/221438>. Acesso em: 1 out. 2026.

PEREIRA, Eliseu. Teologia do domínio: uma chave de interpretação da relação evangélico-política do Bolsonarismo. **Projeto História**, [s. l.], v. 76, p. 147-173, 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/60331>. Acesso em: 1 out. 2026.

PINTO, Gustavo Laureano. **As fake news e o discernimento**: uma reflexão ético-teológica sobre o ambiente digital. 2023. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/40317/1/Gustavo%20Laureano%20Pinto%20-%20TCC.pdf>. Acesso em: 1 out. 2026.

SALUM, Lucas; CRUZ, Maria Teresa. Pesquisa que quebra mito do voto uníssono dos evangélicos e aponta pluralidade e vontade de diálogo. **Brasil de Fato**, [s. l.], 10 ago. 2026.

Podcast Bem Viver. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/podcast/bem-viver/2026/08/10/pesquisa-que-quebra-mito-do-voto-unissono-dos-evangelicos-e-aponta-pluralidade-e-vontade-de-dialogo>. Acesso em: 2 out. 2026.

SARTORI, Alana Taíse Castro; HAHN, Noli Bernardo. Os impactos das fake news religiosas na democracia brasileira contemporânea. **Revista Ilustração**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 87-97, 2020.

Disponível em: <https://journal.editorailustracao.com.br/index.php/ilustracao/article/view/13>. Acesso em: 1 out. 2026.

SCHROEDER, Tiago. **Uma análise do protagonismo de fake news em eleições no Brasil e no mundo e sua presença no contexto religioso brasileiro**. 2024. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdades EST, São Leopoldo, 2024. Disponível em:

<http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/handle/BR-SIFE/1236>. Acesso em: 2 out. 2026.

SILVA, Emanuel. “Compartilhei as fake news e as fakes me elegerão”: uma análise de fakes news anti-Haddad em redes sociais de católicos carismáticos. **Revista Agenda Política**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 56-79, 2019. Disponível em:

<https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/250>. Acesso em: 1 out. 2026.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. A sociedade da desinformação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 9, n. 1, p. 143-161, 2022. Disponível em:

<https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/5953>. Acesso em: 2 out. 2026.

SILVA, Wellington Teodoro da. Da política e da religião na modernidade: breve fragmento a partir de seus sujeitos. **Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 131-135, dez. 2006. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4740558>. Acesso em: 1 out. 2026.

SOUZA, Marco Túlio de *et al.* Desinformação e vilanização: as fake news para públicos religiosos nas eleições brasileiras de 2022. **Revista Estudos em Comunicação**, [Covilhã], n. 38, p. 86-101, mar. 2024. Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Marco-Tulio-De-Sousa/publication/403810548_Desinformacao_e_vilanizacao_as_fake_news_para_publicos_religiosos_nas_eleicoes_brasileiras_de_2022/links/69de7b2c68c2b872dfd4cd28/Desinformacao-e-vilanizacao-as-fake-news-para-publicos-religiosos-nas-eleicoes-brasileiras-de-2022.pdf. Acesso em: 1 out. 2026.

SPYER, Juliano. **Povo de Deus: quem são os evangélicos e por que eles importam**. São Paulo: Geração Editorial, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde. **Caminhos da desinformação: evangélicos, fake news e WhatsApp no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020. Relatório de pesquisa. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1xl-5aqKfXmYeSPctboBoNqFzj_21yRHO/view. Acesso em: 2 out. 2026.

NOTAS E CRÉDITOS DO ARTIGO

Reconhecimentos: não se aplica.

Financiamento: não se aplica.

Conflitos de interesse: não se aplica.

Aprovação ética: Não se aplica.

Manuscrito publicado como preprint: não se aplica.

Publicador: Universidade Federal de Lavras (UFLA). As ideias expressas neste artigo são de responsabilidade de sua autoria, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.